

vivências individuais e colectivas, do *ethos* sociológico à genética e à hereditariedade sociológica do mutualismo para ocupar-se da sua institucionalização social, todo um percurso de seguro aprofundamento heurístico e não menor exigência hermenêutica.

Na segunda parte do seu trabalho a autora ocupa-se do estudo do mutualismo português a partir da sua emergência liberal compaginada com os paradigmas societários decorrentes de uma época 'em que o mundo das ideias se transformou em palavras sem que o mundo das palavras se tivesse transformado em acção', para poder sustentar a partir da análise ideológica uma assumida psicanálise histórica e sociológica da intervenção social do mutualismo.

Quer pela mobilização e interpretação dos dados históricos e alicerces estatísticos, quer pela estruturação do pensamento em presença das modificações que a complexidade da aceleração histórica imprimiu à construção social do mutualismo português, a autora percorre normativos legais, programas partidários e configurações religiosas que a um tempo se tornaram o caldo de cultura e por vezes retorta de ebulição de conflitualidades na vida política da sociedade portuguesa.

O desempenho institucional das mutualidades, de meados de oitocentos até ao advento da República, 'pautou-se essencialmente por uma tentativa de conciliação entre a intensificação do seu papel social e a perservação da sua identidade ideológica' (p.189), assistindo-se à multiplicação das associações mutualistas e crescimento do número de associados, o que desembocou nas perplexidades e temores resultantes da criação do Ministério do Trabalho e Instituto de Seguros Sociais (1919), logo prolongados com o regime saído do golpe militar iniciado em Braga em 28 de Maio de 1926 e depois consolidados na dominância doutrinária do corporativismo estadonovista.

Ao ocupar-se das mutualidades na realidade portuguesa, Helena Mouro enfrenta as modificações de distribuição geográfica e confere-as com o impacto poliédrico da sua apresentação sócio-política, para, sustentada em caboucos estatísticos, nos oferecer um quadro de referências de rara claridade na compreensão do fenómeno português.

A última parte do livro reflecte sobre o espaço de partilha da solidariedade e do mutualismo, partindo da configuração etimológica dos dois termos, ambos alimen-

tados 'do mesmo líquido amniótico antes do seu nascimento social', paara definir a solidariedade como 'edifício' que albergou solidariedades várias (familiar, de classe, social, económica, política, ideológica, cultural, ecológica), edifício que permanece aberto a outras formas de solidariedade. Verificada a istmização da solidariedade social e as suas condicionantes ideológicas, estabelecidas as relações e legitimação institucional para o caso português do mutualismo, a autora analisa sistemática e com finura interpretativa a representação institucional da solidariedade e do mutualismo, reflectindo aquilo a que posso chamar de forma convexa mutualista *versus* a expressão côncava da acção das Misericórdias, se fosse aqui agora o espaço de retoma de um diálogo académico que oportunamente travámos em torno desta obra.

Resta-nos repetir que estamos perante um livro de grande importância no domínio das ciências sociais, que fica como obra de referência para quem queira compreender o mundo das ideias que fervilharam em Portugal desde a emergência do liberalismo e as perplexidades interrogantes que conformaram desde então o devir histórico.

**José Henrique Dias**

*Instituto Superior Miguel Torga*

**Helena Mouro e Dulce Simões (coords.). 2001. 100 anos de Serviço Social. 377 pp. Coimbra: Quarteto Editora. ISBN: 972-8535-65-1.**

Helena Mouro e Dulce Simões tiveram uma ideia fecunda que tornaram realidade. A ideia foi a coordenação e publicação deste livro, um projecto multinacional, para discutir junto com a classe profissional e dar a conhecer à comunidade em geral que o serviço social tem uma história acumulada de um século, como campo e disciplina autónoma, um percurso feito de intervenção e reflexão, de ideologias e práticas, fundamentalmente centrado no inconformismo perante a injustiça social. A obra reúne perspectivas múltiplas, traduzidas em 13 capítulos de outros tantos autores, de Portugal, Espanha, Brasil, Argentina, França, Itália, Alemanha, Canadá e Estados Unidos. Como expressão do carácter multinacional das colaborações e experiênci-

as abordadas, a edição apresenta textos em português, espanhol e italiano. O fio condutor é a abordagem da história da génese e desenvolvimento do serviço social numa perspectiva analítica e crítica. Três dimensões ou linhas de análise atravessam, com diferentes intensidades e ênfase, o conjunto dos capítulos. (1) As origens e evolução da profissão, em vários contextos institucionais, modelos e diversidade cultural. (2) As questões de identidade e legitimidade na acção e epistemologia do serviço social e suas relações com a sociedade. (3) O momento contemporâneo, novas direcções e limites da profissão, apontando os desafios de formação e intervenção que o serviço social deverá enfrentar, em sociedades em profunda mudança.

Os temas da primeira linha de análise estão particularmente representado pelo artigo de Helena Mouro, o capítulo 2 do livro, 'Serviço Social: Um Século de Existência'. A autora salienta, numa sequência historicamente constituída que designa de fases – por vezes, sobrepostas, conforme os contextos e a experiência dos vários países – de institucionalização (1897-1937), legitimação (1917-1930) e qualificação (1930-1960): 'Inicialmente, nos finais do século XIX, o serviço social é um processo de aperfeiçoamento da arte de "bem fazer", marcado pelo sistema capitalista e identificado como um papel de legitimação das desigualdades sociais que o sistema gerava'. O marco da institucionalização do serviço social é a proposta de criação, por Mary Richmond, em 1897, da Escola de Filantropia Aplicada. Segue-se a estruturação de uma profissão, essencialmente vinculada às respostas de natureza conjuntural (em particular, após a Primeira Guerra) e de arbitragem de conflitos, o que lhe confere crescente reconhecimento. A dimensão psicossocial constitui também, desde cedo, um factor no exercício profissional, pelo enfoque dado aos problemas sociais individuais. A fase de legitimação é inspirada pela crítica de que a actuação profissional era demasiado influenciada pela visão caritativa e assistencial. Por outras palavras, é o novo domínio da escola funcional (em detrimento da perspectiva diagnóstica), marcada pelos propósitos da acção empírica, investimento na formação, revalorização da intervenção e objectivos institucionais.

A sistematização dos conhecimentos empíricos ganha forma na fase de qualificação, caracterizada por novos estilos de actuação, discurso mais isento e menos doutrinário, ao

mesmo tempo que, por outro lado, ganha ênfase o conceito de cidadania. A época do serviço social associado ao estado providência (anos 60 e 70) alargou a crítica, no interior da própria profissão, da dimensão moralizadora e normativa da actuação profissional, questionando, em particular, a imagem persistente de assistencialismo 'que estigmatiza o seu solo histórico', orientando-se por uma racionalização operativa que perdura hoje.

Quanto à segunda orientação ou linha de análise, ao longo dos diferentes artigos desta colectânea, é sobretudo centrada em termos de identidade, prática ética e legitimação da profissão. Historicamente, as questões da ética profissional foram acompanhando a mudança da profissão. Primeiro, vigoraram as preocupações paternalistas, morais e religiosas. Em 1919, aparece a primeira tentativa de desenhar um código de ética profissional para a profissão. Nas décadas de 50 e 60, os valores do trabalho social estavam já vigorosamente instalados, sendo o processo de intervenção inspirado pelos temas de emancipação emblemáticos da época: direitos humanos e civis, justiça social, igualdade, o respeito pelo outro, a autodeterminação do cliente. Mais tarde e já nos anos 80, as questões da ética do trabalho social tomam também um outro rumo, relacionado com as fronteiras da profissão. Em consonância com o que ocorre com outras profissões que actuam, igualmente, no campo social, o serviço social preocupa-se, de forma renovada, com a reflexão e a regimentação da ética profissional. Nomeadamente, as questões da confidencialidade, privacidade e relacionamento entre trabalhadores sociais. Os problemas éticos do serviço social, na época presente, são fundamentalmente marcados pelas vertiginosas transformações do cenário social e político, sobretudo porque, em muitos casos, não se dispõe de análises informadas e consensos teóricos sobre o sentido dessas mudanças. Sarah Banks, autora do texto do capítulo 4, 'Ética em Fragmentos', aponta três orientações gerais recentes, com impacto significativo nos valores profissionais: a fragmentação e especialização do trabalho; o desenvolvimento do trabalho multidisciplinar; o crescimento dos procedimentos e linhas directrizes do governo e das instituições.

A terceira perspectiva ou área analítica é dirigida, fundamentalmente, para a observação crítica do campo de intervenção dos assistentes sociais, aspectos relacionados com

as questões teóricas e doutrinárias de base e a formação académica. Diversos colaboradores deste livro referem, criticamente, os obstáculos, por vezes decorrentes do próprio enquadramento organizacional, em que é hoje exercida a profissão, nomeadamente, as solicitações e políticas institucionais e as limitações, de ordem teórica e metodológica e de formação académica, face às exigências da intervenção. Elaine Carey-Bélangier (capítulo 11) expressa, nos seguintes termos, o espírito destas críticas: 'O trabalhador social assume um papel de monitorização, vigilância e recolha de provas, o que resulta na burocratização do trabalho social e na tendência para os trabalhadores sociais se manterem rigidamente colados aos procedimentos referidos. Começa-se assim a tirar espaço à discrição, assumindo o assistente social mais o papel de um técnico a cumprir regras, do que a de um profissional reflexivo a utilizar o discernimento profissional'.

O facto polémico é que a urgência das solicitações institucionais em que, muitas vezes, se trabalha, reduz a possibilidade de um trabalho individual e colectivo, orientado para o desenvolvimento. Ou, como diz Yolanda Guerra, no capítulo 10: 'As tendências que estamos a viver e que podem ser críticas para a profissão são as da individualização em detrimento do colectivo, do pragmatismo em detrimento da ideologia e de reflexão e da urgência e do curto prazo, em detrimento do processo de mudança. Desta forma e no actual contexto (crise do modelo de produção, crescimento de movimentos sociais e as críticas à sociedade de consumo) impõe-se ao serviço social uma revisão dos seus fundamentos'. É, portanto, necessário que os profissionais e as escolas que formam os assistentes sociais incorporem a consciência activa das transformações sociais globais em curso, reflectindo 'como se deve posicionar o serviço social para se constituir como sujeito histórico engajado na construção de um novo modelo histórico, estruturante da produção/gestão e usufruto de informação estratégica, e como irá o serviço social enfrentar os desafios históricos de resolução informacional' (Perci Coelho de Souza, capítulo 13). Por outro lado, se a disciplina do serviço social se desenvolveu na confluência de metodologias de intervenção e de conhecimento de terreno, todavia, como diz Teresa Zamanillo (capítulo 5): 'Subsiste, no entanto, ao nível de formação académica, a segmentação entre teoria e prática, embora

desde há anos se discuta a necessidade de uma epistemologia integrada, que proporcione uma estrutura teórica significativa para a intervenção'. O que está fundamentalmente em causa, então, são as estratégias de articulação e intervenção interdisciplinar e de conhecimento integrado, necessário para a complexidade dos contextos contemporâneos de sociedade, transnacionalismo e luta pela justiça.

A leitura estimulante deste livro sobre o centenário do serviço social esclarece, assim, que esta continua a ser uma profissão em construção e que a disciplina e seus profissionais continuam envolvidos no esforço de (auto)reconhecimento da identidade e do alcance social da sua intervenção. Esta forma de profissão que é, simultaneamente, um modo de conhecimento da sociedade demonstrou enorme capacidade de se adaptar aos problemas e necessidades de cada época histórica, desde o final do século XIX, respondendo, de forma frequentemente inovadora, aos problemas e à cadeia de mudança. O risco hoje é o excesso de pragmatismo, racionalidade técnica da intervenção e fragmentação cristalizadas na urgência da actuação institucional, sem deixar lugar à reflexão. Ao mesmo tempo, porém, nunca como hoje, houve tantas oportunidades de trabalho criativo, centrando a intervenção nos sujeitos. Nunca como hoje, foram colocadas ao serviço social tantas oportunidades de trabalho produtivo em equipas multidisciplinares para o desenvolvimento. A questão estrategicamente importante é, assim, que a formação e pesquisa académica e a formação contínua na profissão acompanhem as novas complexidades e a nova expansão de direitos fundamentais.

**Maria Joaquina Madeira**

*Programa Operacional Emprego,  
Formação e Desenvolvimento Social –  
MSST.*

**Myrian Veras Baptista. 2001. *A Investigação em Serviço Social*. Lisboa e S. Paulo: CPIHTS e Veras Editora. 83 pp. ISBN: 972-97498-3-3.**

A investigação na prática profissional e a pesquisa histórica no serviço social são os temas desta obra e em torno dos quais a autora questiona o conhecimento linear e a investigação